

bahia_001

edição especial

Terra prometida

Dias d'Ávila busca saída para crise econômica na valorização do próprio território

O 'milagre' do desenvolvimento

De centro comercial à distrito turístico e cidade dormitório, como a trajetória de Dias d'Ávila explica o município hoje

No horizonte

Duas barragens em pontas opostas caminham alinhadas para o desenvolvimento do município





SERGIPE

N

SALVADOR

capa Futurama II, **acervo Carlinho**

presente **TERRA PROMETIDA**, pág. 02

memória **O 'milagre' do desenvolvimento**, pág. 08

promessa **No horizonte**, pág. 12

introdução

Quando voltei a Dias d'Ávila para apurar esta reportagem, quase 10 anos depois de ter mudado de estado e me tornado adulto, a frase que mais ouvi era “por quê?”. A cidade na região metropolitana de Salvador, com mais de 71 mil habitantes, tem um longo histórico de desprezo. Da história, da política, da própria população. A comunidade que, por muito tempo, foi construída por migrantes de outros estados e moradores temporários, talvez tenha nascido com uma dificuldade inata para união e autovalorização. Ainda anestesiada com o presente estagnado, a cidade parece ter desistido de sonhar com um futuro, eternamente assombrada pelo pesadelo passado nas últimas décadas. A minha família é uma des-

sas estrangeiras que foram até a cidade em busca de novas oportunidades. Todos foram e ali muitos outros nasceram – como eu. Para a minha geração, a ideia de Dias d'Ávila como qualquer possibilidade de desenvolvimento soava como lenda urbana, folclore. Uma criatura mística entre a realidade e a mais profunda fantasia. Principalmente quando se tratava do Rio Imbassay, o centro de toda essa movimentação desde a década de 1960.

A pandemia mundial da Covid-19 piorou o cenário, provocando mudanças profundas nas dinâmicas da sociedade como um todo. Além da própria crise sanitária, os problemas socioeconômicos agravados pelas medidas necessárias de contenção da proliferação do vírus, obrigaram muitas cidades a se adap-

tares, como aconteceu em Dias d'Ávila. Na região, o desligamento da Ford, sediada no Complexo Industrial de Camaçari, foi a gota d'água para uma crise que já vinha fazendo estragos.

O fio condutor do texto é a mudança. Dias d'Ávila, como muitas outras cidades do país, tem história para contar e história para ser escrita. Essa reportagem é um registro da memória presente dos processos pelos quais a cidade tem passado e que estão presentes nas vidas de quem conta.

Dividida em três partes, ela captura as transformações construídas hoje [**TERRA PROMETIDA**, pág. 02], narra a trajetória do que já se criou [**O 'milagre' do desenvolvimento**, pág. 08] e vislumbra o horizonte do que poderá existir [**No horizonte**, pág. 12].

TERRA PROMETIDA

Dias d'Ávila, no interior da Bahia, busca saída para crise econômica na valorização do próprio território

ERICK SOUZA

Não fazia parte da rotina de Júlio Cesar Coelho dos Santos, de 42 anos, morador de Dias d'Ávila, cidade a 52 quilômetros de Salvador, na Bahia, passar as segundas-feiras na beira do mar. Próximo ao auge da pandemia do novo coronavírus e do consequente distanciamento social que ela impôs, em janeiro de 2021, locais abertos como a praia de Guarajuba, em Camaçari, vizinha a Dias d'Ávila, eram um dos poucos frequentados, ainda que com alguma cautela. Nos dias comuns, Júlio era gerente diário na sede baiana da montadora Ford. Seguindo restrições sanitárias, as atividades na fábrica haviam continuado ao longo do ano. Aquela segunda-feira era uma exceção. Todo o quadro de funcionários havia recebido uma folga adiantada e, sem perguntas, todos acataram. Mas como qualquer boa história, o que parecia estranho, deveria se tornar ainda mais. Quando o sol estava prestes a atingir o ponto mais alto do céu, o celular de Júlio tocou. Com

os pés afundados na areia e as ondas quebrando a poucos metros, ele foi informado, exatamente ali, que a Ford estava fechando e que a partir daquele dia não haveria mais trabalho para onde voltar. O final da Ford marcava o início de um longo período de crise no estado, mas principalmente, para aquelas cidades ao redor.

O encerramento das atividades da Ford no Brasil aconteceu no dia 11 de janeiro de 2021, sem nenhum aviso prévio. A partir daquele momento, duas das três unidades da montadora no país interromperam imediatamente a produção: a de Camaçari, a 50 quilômetros de Salvador, e a de Taubaté, em São Paulo, a 150 quilômetros da capital paulista. A terceira unidade, em Horizonte, no Ceará, manteve as atividades até o segundo semestre do ano seguinte, quando, eventualmente, foi desativada também.

Na terça-feira, após o comunicado oficial do fechamento da Ford, a normalidade ainda estava bem longe de ser encontrada. Sem informações mais precisas

da montadora, Júlio entrou em contato com o Sindicato de Metalúrgicos de Camaçari. A mesma ação foi repetida por muitos funcionários, igualmente perdidos. Antes mesmo que o dia seguinte começasse, uma agenda de mobilizações já estava definida e logo cedo teriam início, com um protesto na sede da montadora. Mesmo com chuva e todas as restrições da pandemia, cerca de seis mil pessoas lotaram o estacionamento da fábrica, amontoadas ao redor de um trio elétrico. Uma nuvem densa pairava no ar, um acumulado de raiva, dúvida e medo do que estava por vir.

Desde aquela época, já era difícil saber com exatidão a dimensão do impacto. O anúncio da empresa indicava que cinco mil dos seis mil empregos seriam atingidos. Já para a Prefeitura de Camaçari e o sindicato, as demissões deveriam alcançar cerca de 60 mil pessoas. Hoje, o cálculo continua sem um resultado exato e o tamanho do prejuízo permanece incógnito. Isso porque, além dos funcionários diretos,

as atividades da empresa envolviam uma cadeia de produção, conhecida também como Complexo Ford. Fábricas menores, como as produtoras de pneus ou de itens metálicos, existiam apenas para alimentar a montadora.

O desligamento da parte central do Complexo Ford representou um grande rombo na economia da Bahia e das cidades ao redor. Com menos empregos, menos salários e menos dinheiro em circulação, diminuíram os gastos nos municípios, que, por consequência, arrecadaram menos impostos. Júlio, como muitos outros trabalhadores, mora na cidade de Dias d'Ávila, de cerca de 70 mil habitantes, já que ela é vizinha ao complexo industrial. Assim como as fábricas satélites, o município se desenvolveu como um braço de apoio não só à Ford, mas a todo o Polo Petroquímico de Camaçari, implantado em 1978, como o primeiro do gênero planejado do país. O complexo, no período pré-pandemia, chegou a gerar um faturamento de R\$ 60 bilhões e 45 mil empregos diretos



A Bahia teve a pior taxa de desemprego do Brasil na pandemia, com 17,6% em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

e indiretos em ambas as cidades.

Naquela altura da história de Dias d'Ávila, que começara ainda no século XVII, quando o colonizador que lhe deu nome, Francisco Dias d'Ávila, expulsou indígenas para criação de fazendas na extensão do Rio São Francisco, criando a primeira feira de comercialização no local, o município emancipado nos anos 1980 orbitava em volta das atividades econômicas industriais vizinhas. Ainda que as fábricas de cerveja, engarrafadoras de água e a especializada em cobre, Paranapanema, estivessem em Dias d'Ávila, as oportunidades de emprego nunca foram suficientes para o município. Com a saída da Ford e cada vez menos vagas de trabalho disponíveis, o que se somava à baixa escolaridade geral da população e à falta de estrutura política local para lidar com as demandas dos moradores, o cenário de 2021 se agravava consideravelmente.

Quando as fábricas fecharam ou interromperam suas atividades, ainda que a maior parte do prejuízo tenha ficado com a cidade de sede, Camaçari, Dias d'Ávila

sentiu o impacto com a mesma força. Em 2021, de acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o número de pessoas empregadas na cidade foi de 12.800, equivalente a uma queda de 10,2% em relação ao ano anterior, quando tinha cerca de 13.600. A tendência foi generalizada em todo o estado, batendo recorde no número de pessoas desempregadas. Durante a pandemia, a Bahia foi o estado com a pior taxa de desemprego do país: de 17,6% só em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pandemia registrava cerca de mil mortes de brasileiros por dia quando Júlio e vários outros moradores se viram, de repente, engrossando o número de desempregados locais. Essa onda provocada pelo novo coronavírus alcançou a nova gestão da prefeitura de Dias d'Ávila, que sentiu a necessidade de reinventar caminhos para tentar reerguer a cidade. Encabeçada por Alberto Castro, do PSDB, a equipe do executivo municipal se lançou a

buscar estratégias para amenizar os impactos econômicos da crise, que começou reverberando consequências da pandemia mundial, e encontrou o abismo do fechamento de fábricas, do desemprego, do baixo consumo e da redução dos impostos. O principal objetivo dessa equipe era um só: gerar novos empregos e, com isso, melhorar a própria arrecadação.

Para garantir oportunidades e renda para a população, a equipe econômica da prefeitura implementou uma série de iniciativas de curto e longo prazo. A principal delas envolve um convênio estabelecido com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-BA), intitulado "Dias d'Ávila, cidade empreendedora", voltado para os empreendedores afetados pela pandemia. O Sebrae oferece consultorias e cursos para os comerciantes e prestadores de serviços, com o objetivo de fomentar o comércio local e aquecer a economia mais rapidamente.

Outra ação foi a isenção de impostos para que novos negócios se instalassem na cidade, prática fa-

miliar na região. Mas sem as grandes indústrias às quais a cidade sempre dependeu, os moradores e a gestão de Dias d'Ávila precisaram voltar ao zero, como uma vez já aconteceu, antes do polo petroquímico existir. A maior aposta da prefeitura, que poderá mudar todo o futuro de Dias d'Ávila, está na recuperação do turismo municipal. O projeto valoriza o que, na segunda metade do século 20, foi o ponto central do desenvolvimento da cidade, que atraía visitantes de todo lugar, com suas águas leves e lama medicinal.

A ideia ambiciosa conecta passado, presente e futuro, e prevê uma abordagem sobre a cidade como não se fazia há mais de 38 anos, desde sua emancipação. O projeto não é o primeiro da cidade a tentar reviver o modelo econômico nativo, mas dessa vez se ampara na própria realidade que, com ou sem plano, tem avançado nesta direção. O projeto, ou a mudança que a própria cidade tem feito, é a esperança de tantos desempregados e subempregados da pandemia, desde então, à espera de boas notícias.

Maria Sueli Vieira dos Santos pediu as contas na Ford, onde integrava o time de pintura, incentivada pela segunda onda de demissões da empresa, que aconteceu em 2019. Naquele ano, a Ford havia anunciado um plano de desligamento voluntário nas sedes, logo após o fechamento da fábrica em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Era o início silencioso do colapso da montadora em terras brasileiras. Em uma nota oficial que circulou à época, a medida era necessária para “adequar o quadro pessoal à demanda do mercado”. A participação da Ford vinha caindo e, entre 2018 e 2019, já tinha diminuído de 9% para 8,3%, o que piorou na pandemia.

Natural de Bom Conselho, em Pernambuco, e funcionária da empresa por mais de 15 anos, Maria Madalena, assim como Júlio, fazia parte do primeiro quadro de funcionários da Ford, desde sua instalação em 2001. Ela havia se mudado para Dias d’Ávila ainda criança, com os

pais, buscando uma chance de a família mudar de vida, atraídos pelas promessas de desenvolvimento do Polo Petroquímico. Em pouco tempo, o município logo se tornaria o lugar que a menina reconheceria como casa.

Durante a década e meia em que percorreu o mesmo caminho para o trabalho, Maria acompanhou as mudanças na paisagem da cidade. Dias d’Ávila é plana e quente, sempre foi assim. Por ser uma das poucas da região metropolitana de Salvador a não ter praia, a atração local sempre recaiu sobre o Rio Imbassay e suas propriedades medicinais, a ponto de ter sido, por volta dos anos 1980, uma das mais procuradas vilas de veraneio do Nordeste. O cenário mudou quando famílias de todo lugar passaram a migrar para a pequena cidade, em busca de emprego, como fez a própria família de Maria.

Para chegar até a Ford, todos os dias ela precisava atravessar parte do complexo industrial, que se estendia para depois da frontei-

ra entre Dias d’Ávila e Camaçari. Nesse trajeto, a paisagem com os anos foi se tornando uma mistura de verde e cinza metálico, coberto por um véu esbranquiçado de névoa com cheiro ácido. As estruturas de aço da indústria ainda hoje criam formas geométricas gigantes no espaço permanentemente nublado. Em uma cidade como Dias d’Ávila, onde não existem arranha-céus e o maior prédio não possui nem dez andares, o polo é o que há de mais próximo do céu.

Para Maria, que ocupava então seu segundo emprego, o mais duradouro que tivera até então, não havia nada de sagrado em tudo o que via pela janela, onde o verde e cinza que via deslizar com o tempo já não lhe diziam muita coisa. Anestesiada pela rotina, não reparava na ameaça ambiental que chamou a atenção de ambientalistas e políticos militantes da área, como o ex-deputado federal Fernando Gabeira, que, em 2019, então atuando apenas como jornalista, foi à cidade gravar depoimentos para a Globo News, sobre o impacto

contrastante entre a poluição promovida pelo Polo Petroquímico e a condição das águas da cidade.

A atenção de Maria em busca de um alento para a crise que já se pressentia se voltou para os programas de rádio que tocavam bem cedo ao longo do caminho para o trabalho. Mesmo sem ir à igreja frequentemente, ela gostava de ouvir a “Palavra”, como é chamado o sermão dado por pastores e padres. De segunda a sexta-feira, acompanhava o programa “Minha Fé”, da rede estadual Bahia FM. “Deus falava forte dentro de mim”, relembra. Mas na rádio, a voz era mesmo do Padre Paulo Avelino. Do primeiro ao último nascer do sol da semana, o padre assumia o comando do programa transmitido para todo o estado. Por uma hora, falava sobre Deus, suas lições, aprendizados e as missas que organizava em Salvador, na Paróquia Nossa Senhora do Resgate, onde ainda é pároco. Em meados de 2019, ele usava o espaço para falar também que se tornaria âncora de um novo mo-



Erguidas sobre o barro alaranjado da região, as construções criadas na Cidade Santa foram projetadas para receber um fluxo intenso de pessoas.

vimento em Dias d'Ávila, a Cidade Santa, o projeto de um futuro complexo religioso para receber fiéis e peregrinos nos moldes de outros importantes santuários católicos do país, de dimensões bíblicas. Na época, a comunidade religiosa construída no interior de Dias d'Ávila, no distrito de Biribeira, não ia muito além de um amplo campo de barro. Afastado do pólo industrial, o terreno de um milhão de metros quadrados havia sido escolhido para a construção do futuro santuário diasdaviense. Esse espaço no município foi o sexto visitado pelo Padre Paulo Avelino, quando em busca de uma localidade, mas foi, em suas palavras, o primeiro e o único que lhe despertou “o chamado divino”, ou a certeza da escolha. O primeiro pedaço de bloco, a pedra fundamental do santuário, foi plantado no lugar em 19 de março de 2016. Para os católicos, o dia marcava também a celebração de São José, o padroeiro dos trabalhadores e, a partir daquele dia, patrono da que seria chamada de Cidade Santa.

Erguidas sobre o barro alaranjado do solo da região, as construções que hoje ocupam o terreno da Cidade Santa foram projetadas para receber um fluxo intenso de pessoas. As quatro capelas, todas cobertas por azulejos azuis, ficam distribuídas no amplo espaço disponível, entre as árvores e os caminhos de barro. Uma capela foi projetada para adoração perpétua, onde ocorrem orações 24 horas por dia, todos os dias; uma segunda, em que são feitas as promessas, e outras duas, para receber mais fiéis.

A comoção de Maria pela comunidade católica e pelas palavras do padre a cada episódio que ouvia era tão forte que a motivou a visitar uma das missas em Salvador. Ao conhecer o Padre Paulo Avelino, se aproximou de vez da Igreja Católica. Passou a frequentar uma das unidades em Dias d'Ávila e a fé escalou. Quando se voluntariou para a demissão na Ford, ela já sabia que seria parte da Cidade Santa, mas não apenas como membro. Hoje, Maria está passando pelo processo de consagração, longe da internet, telefone e qualquer vínculo com o mundo fora da comunidade religiosa. Incluindo seu próprio nome que passou a ser Maria Madalena,

em referência a uma das seguidoras mais fiéis de Jesus Cristo, de acordo com a própria Igreja.

Celibatários, famílias completas e leigos hoje formam a comunidade religiosa da Cidade Santa. Para a Igreja Católica, leigos são os membros que participam ativamente das ações; eles são a maior parte do grupo atualmente. E ainda que o grupo seja pequeno, a Cidade Santa organiza atividades diariamente. Além das missas e das orações que acontecem durante toda semana, pelo menos uma vez ao mês, eventos especiais atraem cerca de 10 mil fiéis. O recorde até hoje aconteceu no Réveillon de 2020, quando 35 mil pessoas pousaram no interior de Dias d'Ávila para rezar até o ano virar. O número de fiéis representou pouco mais da metade da população do município, todos reunidos no interior de uma só vez.

Para receber todas essas pessoas, a comunidade faz o que pode. Gerida e administrada pelos próprios moradores, na Cidade Santa são eles mesmos que cozinham, arrumam, preservam, recepcionam e ministram todas as atividades. A esperança é a de que o projeto cresça e, eventualmente, o entorno acompanhe esse movimento com serviços de suporte aos fiéis em visita e peregrinação, justamente com a alimentação, o deslocamento, a hospedagem e o comércio de itens religiosos, que deverão aquecer a economia da cidade. Enquanto isso não acontece, a comunidade se adapta. “Nós vivemos da providência”, explica Fábio Fernandes Nascimento, o responsável pelas finanças da comunidade. A providência divina é a crença de que Deus age sob todas as coisas, inclusive nas condições externas de seus fiéis e suas necessidades. A maior parte da renda e até do próprio alimento que entra na comunidade vem de doações.

Desde o início das obras com a Cidade Santa, por volta de 2017, para poder arrecadar dinheiro, o mesmo grupo responsável pela articulação da instalação do projeto em Dias d'Ávila desenvolveu uma pequena loja de itens relacionados ao lugar. Todo dinheiro das vendas é direcionado à comunidade. Unindo essas duas fontes de renda, eles conseguem dar andamento às obras, além de manter a Cidade Santa funcionando para

receber ainda mais visitantes.

Hoje, a maior parte do público chega à Cidade Santa em caravanas, de ônibus. São, em sua maioria, da própria Bahia. Ainda sem grandes estruturas, os eventos acontecem sob toldos imensos, principalmente quando o número de fiéis é superior à capacidade das capelas. Para as vigílias, eles costumam chegar às seis horas da manhã e saem às quatro da tarde, pela mesma estrada de barro. Apesar da Cidade Santa receber um grande fluxo de pessoas, a estrutura ainda não permite que permaneçam por longos períodos. “A gente tem uma vida própria [aquí], temos uma rotina, cuidamos de tudo”, explica Fábio, para completar dizendo que “o testemunho da gente é o nosso serviço, então uma das coisas que a gente precisa é desse entorno”.

O que hoje desponta como uma segunda promessa de desenvolvimento para Dias d'Ávila, esse futuro complexo religioso e seu entorno, tal qual acontece com o ainda incipiente projeto tu-

rístico da atual gestão municipal, têm um longo caminho pela frente. Não se mostram fáceis nem imediatas as soluções que, na cidade, espera-se que vão diminuir os impactos econômicos causados pela desarticulação do vizinho Polo de Camaçari, agravada pela pandemia e seus reflexos.

Ao redor da Cidade Santa, por exemplo, ainda não há muita coisa. A região escolhida para sua criação é afastada do centro e pobre em infraestrutura. Sem hotéis, restaurantes ou pousadas por perto, os fiéis por enquanto não têm como ficar mais tempo por ali. Até a entrada e a saída são difíceis. A estrada de barro abandonada precisou ser reconstruída. Hoje, mais da metade do trajeto já foi revitalizado pelo governo do Estado. Mesmo tendo conhecimento da comunidade, a gestão do município não havia dado atenção a essas necessidades até o último ano.

Foi o aumento da circulação de pessoas no interior da cidade, em visita à Cidade Santa, que, afinal, acabou despertando a gestão



Foto: Cidade Santa/Divulgação

Todo dinheiro com as vendas da loja é direcionado para a comunidade.

municipal. Às voltas com a busca de novas alternativas de geração de emprego e renda em Dias d'Ávila, viram na demanda gerada pelo santuário a grande oportunidade. Servem de motivação dados do Ministério do Turismo que, em 2023, indicam que o turismo religioso movimentará R\$15 bilhões por ano e justifica 18 milhões de viagens, entre turistas e excursionistas internos. Se antes eram os recursos naturais e as águas da cidade o mote para a atração de visitantes, a partir daí, a Cidade Santa virou o alicerce que sustenta e justifica todo o plano municipal de turismo que está sendo elaborado.

A apresentação do projeto de aceleração do turismo aconteceu no dia 09 de fevereiro, na Câmara dos Vereadores, sediada na Praça dos Três Poderes de Dias d'Ávila. Apesar do nome imponente, a área não tem um quinto das dimensões da versão de Brasília. Inaugurada em 2011, a praça reúne os prédios do Executivo, Legislativo e Judiciário do município, repre-

sentados, respectivamente, pela Prefeitura, pela Câmara de Vereadores e pelo Fórum da cidade. Aquela quinta-feira de anúncio de soluções para a cidade reunia também moradores de norte a sul, para discutir o que já está sendo chamado de “o principal projeto que Dias d'Ávila já viu”.

O presidente da Câmara, o vereador Junior do Requeijão (PSDB), sentou à ponta da mesa, no palanque. Ao seu lado, estava Ivan Lima, o secretário de Desenvolvimento Econômico do município, também a pessoa responsável pelo andamento do plano. Próximo dele, a professora Jeane Cruz, secretária de Gestão e substituta do prefeito Alberto Castro, ausente na ocasião, como costuma acontecer recorrentemente, de acordo com os próprios moradores.

Na ocasião, Fábio Fernandes, responsável pelas finanças da Cidade Santa, também se sentou à mesa, representando o Padre Paulo Avelino, que no mesmo momento cuidava de um evento na

comunidade. Dinoélia Trindade esteve representando as artesãs locais e a Associação das Rendeiras de Dias d'Ávila. A dupla Erika de Paula Alves e Rafael Ciquella completava a mesa de convidados, representando a consultoria de turismo Raízes do Brasil.

O discurso de abertura entre os representantes do governo não destoou do que já se esperava, ao ressaltar a vocação de Dias d'Ávila para o turismo, evocando seu passado não tão distante. Antes de se tornar uma cidade independente, em 1985, Dias d'Ávila recebeu o selo de “estância hidromineral”, por causa do Rio Imbassay, e suas propriedades medicinais. Com o desenvolvimento industrial do entorno do município, porém, o rio se viu degradado e o turismo aos poucos foi deixando de ser um atrativo. O projeto turístico apresentado procura reativar essa antiga vocação da cidade.

Para Dias d'Ávila, no entanto, competir com potências turísticas da Bahia nunca foi nem será fácil. De um lado, a cidade

está espremida por Camaçari, que além do Polo Petroquímico, também detém 42 quilômetros de praias do litoral baiano. Do outro, na direção oposta à capital do estado, está Mata de São João, também popular por suas praias, mas principalmente por abrigar a maior concentração de resorts de luxo do país. No litoral norte do estado, território que inclui essas cidades, o segmento que predomina é o turismo litorâneo, de sol e praia, voltado para grandes públicos. De acordo com Rafael Ciquella, o objetivo do turismo em Dias d'Ávila não é bater de frente com as cidades veteranas, mas servir de alternativa paralela, “uma opção de natureza diferente”.

Rafael Ciquella e Erika Alves são os fundadores e sócios da Raízes do Brasil, empresa contratada pelo Sebrae de Dias d'Ávila para projetar o planejamento. A consultoria fundada em Santa Catarina é especializada em planos semelhantes e foi a responsável por idealizar projetos em Timbó, Apiúna e Rodeio,



Rafael Ciquella: “São 20 mil pessoas na cidade de vocês e o que que a gente faz com essas 20 mil pessoas? Vamos deixar elas irem embora?”



De acordo com Rafael Ciquella, o objetivo do turismo em Dias d'Ávila não é bater de frente com as cidades veteranas, mas servir uma alternativa.

cidades do interior catarinense. A ideia era fazer algo parecido em Dias d'Ávila, aproveitando o fluxo que já existe por causa da Cidade Santa, mas valorizando atividades específicas da região.

Olhando de cima, a cidade parece uma mancha verde e azul. Longe do mar, os rios compõem parte importante do município, não à toa, conhecido também como a "Cidade das Águas". Contornada por rios, as maiores porções azuis do mapa estão na extremidade, onde ficam a barragem de Santa Helena de um lado, e a barragem Joanes II, do outro. As barragens em si não ficam dentro da cidade, mas a água represada se estende dos municípios vizinhos até ali. Ao longo dos anos, bairros inteiros se formaram ao redor dessas construções, como o Futurama II e o bairro Santa Helena.

Os lugares paradisíacos, com água clara e abundante, remete à Dias d'Ávila que é contada nas histórias; a cidade nos seus anos de ouro. O espelho d'água dribla os pedaços de terra até onde a vista consegue enxergar, criando uma ilusão de imensidão muito semelhante à do mar aberto. Os morros são cobertos por árvores e casas isoladas. A barragem de

Joanes II é uma construção da década de 1970 e, hoje, é responsável pelo abastecimento de 40% da água da região metropolitana de Salvador. Já a água represada na barragem de Santa Helena é utilizada no abastecimento das empresas do Polo Petroquímico.

Sob o solo da cidade, correm as águas subterrâneas do aquífero São Sebastião, que se estende por oito municípios do Litoral Norte, entre eles, Dias d'Ávila. É com a água mineral extraída de lá que a fábrica da cerveja Proibida e as três engarrafadoras de água se sustentam. De acordo com o Mapa Hidrogeológico do Brasil, produzido pelo Ministério de Minas e Energia, em 2010, pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, o aquífero é o principal da Bacia do Recôncavo e o único da Bahia classificado como muito produtivo. A fonte é tão abundante que fornece água para toda a cidade, que se gaba por ter água mineral saindo direto de qualquer torneira, o que não acontece na maior parte da região, principalmente em Salvador.

Depois da Cidade Santa, são estas águas o principal atrativo turístico apontado no planejamento. "Hoje a cidade tem um

grande motor que vai impulsionar o turismo, que é a Cidade Santa. As pessoas já estão vindo para Dias d'Ávila por motivos religiosos, mas elas também não precisam fazer esse passeio religioso e voltar para casa; elas podem viver a cidade por um, dois dias", argumenta Rafael. A estratégia é captar os turistas que se deslocam até Dias d'Ávila em nome do turismo religioso, para visitar a Cidade Santa, e oferecer a eles um roteiro de atividades pela cidade, principalmente no entorno das barragens. "São 20 mil pessoas na cidade de vocês e o que que a gente faz com essas 20 mil pessoas? Vamos deixar elas irem embora?", argumenta.

O novo plano de turismo, dividido em segmentos, aproveita essa disponibilidade de rios e da própria barragem para imaginar a promoção de atividades de ecoturismo e esportes radicais, mas não só isso. O mesmo ambiente é visto como um grande potencial para o turismo rural, com casas de campo e a visita à criação de animais e de alimentos. As expressões culturais em torno da região, como as sambadeiras de Santa Helena, ajudam a criar uma identidade para o bairro. O gru-

po reúne moradoras da barragem desde 2015 com o objetivo de preservar o samba de viola e o samba de roda tradicional na região.

As outras opções citadas são o turismo pedagógico e científico, que já acontece nas engarrafadoras de água e nas hortas de hidroponia, que recebem alunos das universidades e institutos de ensino da região metropolitana. Hoje, Dias d'Ávila é a quinta maior produtora de hidropônicos do Brasil.

Para materializar todas essas propostas, o planejamento descreve as devidas ações que a cidade precisa tomar, segundo a dupla da consultoria Raízes do Brasil. Até a finalização desta reportagem, o documento na íntegra ainda não havia sido disponibilizado, nem pela prefeitura, nem pela empresa responsável pela criação. Todas as informações vêm de entrevistas e da apresentação do projeto, em audiência pública. O projeto ainda está para ser votado na Câmara de Vereadores da cidade.

A versão resumida, apresentada para os cidadãos, condensava as ações dentro de blocos. Estavam sendo consideradas questões de infraestrutura, marketing e educação. A lógica era a de, primeiro, construir ou consolidar o que é



Do hotel, é possível sentir o cheiro de matéria em decomposição e do asfalto batido a uma rua de distância da Praça Imbassay, ao redor do rio.

e pode ser considerado atividade turística, mas também obras mais básicas de melhoria do município. Desde criações de locais para hospedagem, até a sinalização e iluminação das vias que conectam o centro da cidade a esses pontos turísticos. Desde o início do projeto, o Sebrae ficou responsável por construir um possível roteiro de atividades de turismo na atualidade, ou seja, com o que já existe na cidade. O plano ainda não foi iniciado. Já com esses lugares construídos e definidos, esse é o momento em que Dias d'Ávila deve divulgar para o mercado de turismo seus serviços. Mas tendo em vista que esses lugares de visitação e essas atividades ainda não existem. O planejamento de turismo considera um intervalo de dez anos até que a cidade consiga responder plenamente a essas ações. Nesse período, as iniciativas de educação sugerem uma abordagem integrada entre a prefeitura e o Sebrae, para a educação nas instituições de ensino com crianças e jovens, mas também a qualificação da mão de obra.

A preocupação de Alberto Damit, ator e diretor de teatro em Dias d'Ávila, é que a Cidade

Santa se sobreponha a todas essas outras atividades, principalmente às manifestações culturais e religiosas na cidade. O ator, presente na audiência, costuma viajar para outras cidades em excursões de teatro e mobilizar um grande grupo de atores e estudantes do município. “Tudo isso poderia ser incluído numa casa de cultura”, sugere. “Onde possa reunir na região central várias manifestações culturais, como a renda de bilro”, acrescenta. A técnica de tecelagem, sobre uma estrutura de madeira e uma almofada, é uma herança portuguesa passada por gerações nas regiões litorâneas do país. Em Dias d'Ávila, é a mestre Dinoélia, integrante da mesa, que encabeça o movimento. A fundadora é a principal artesã da Associação das Rendeiras de Dias D'Ávila.

“A partir de agora, Dias d'Ávila está apta para receber recursos federais direcionados para o turismo”, explicou a professora Jeane Cruz. Um dos motivadores para a produção do Plano Municipal de Turismo, também conhecido como PDITS, é um documento obrigatório para os municípios que querem absorver recursos fe-

derais e emendas parlamentares direcionadas para o desenvolvimento do turismo. Hoje, a economia da região metropolitana de Salvador é definida pelas indústrias química e petroquímica e pelo turismo. A inclusão de Dias d'Ávila no circuito de turismo tem o potencial de aumentar o crescimento da cidade, como já acontece em Salvador e outros grandes centros turísticos, resguardando as escalas. No último ano, por exemplo, no auge do verão, todo o estado registrou 2,7 milhões de turistas em seu território, 500 mil pessoas a mais que em 2020, de acordo com a Secretaria de Turismo do Estado (Setur-BA).

As ações definidas no planejamento foram baseadas no objetivo definido pela própria comunidade e prefeitura, em uma audiência prévia, realizada dentro dos setes meses de produção do projeto. O objetivo é o de “transformar Dias d'Ávila em um dos principais pontos de turismo religioso do nordeste, ao mesmo tempo em que preserva e divulga o legado das águas e a ruralidade.” O documento finaliza com o desejo de consolidar a cidade entre os dez mais importantes destinos

turísticos da Bahia. De acordo com a plataforma TripAdvisor, os dez principais destinos procurados por turistas, hoje, estão entre Salvador, Cairu - município no baixo sul do estado -, Mata de São João, Porto Seguro e Ilhéus.

Pela cidade, o impacto do projeto ainda é tímido. Durante a apuração da reportagem, a reação geral dos moradores era de dúvida. “Não tem nada para falar sobre a cidade”, repetiam ao ouvir a pauta. Mesmo algumas pessoas envolvidas com o turismo e serviços na cidade parecem descrentes com o planejamento.

Mylton Júnior Soussa administra o Hotel Suez desde o início dos anos 1980. O empreendimento foi o primeiro do tipo na cidade, construído em 1955, antes mesmo do Polo Petroquímico existir. Antes até de Dias d'Ávila ser, de fato, uma cidade. O fundador, Henry Soussa, avô de Júnior, chegou na região quando ela passou a despertar a atenção de turistas. Atento ao movimento de visitantes, o então empresário decidiu construir um dos hotéis da sua pequena rede de hospedagem ali, a menos de 500 metros da beira do Rio Im-

bassay, na região central da cidade. Os outros dois prédios foram colocados em Salvador e Itabuna, outra cidade turística no sul do estado, a mais de 400 quilômetros da capital. Com o desenvolvimento do turismo em Dias d'Ávila e a afeição que tomou pelo lugar, a família decidiu manter apenas a unidade diasdaviense.

Quando Júnior assumiu, o movimento na cidade já era intenso. Desde criança, fazia visitas frequentes ao lugar, que havia se tornado o favorito da família e, por isso, pôde perceber as mudanças da cidade pela janela do hotel. Ainda que o Rio Imbassay continuasse atraindo turistas e clientes, a chegada do polo fez de Dias d'Ávila uma opção mais barata para se morar. Do início da década de 1990 até a virada do século, as famílias que vinham de dentro e fora do Nordeste, sem condições de comprar terrenos ou construir casas, se instalavam em terrenos irregulares na extensão do rio.

Hoje, da porta do hotel, é possível sentir o cheiro de matéria em decomposição e do asfalto batido. O Suez fica a uma rua de distância da Praça Imbassay, construída ao redor do rio. Com poucos bancos e árvores, o lugar amplo reflete a luz do sol com intensidade, aumentando o calor e o odor do rio. O movimento de cidadãos no lugar é baixo e o de hóspedes, no hotel, é menor ainda. As paredes recém pintadas de amarelo contrastam com o concreto escurecido e velho da calçada. Mesmo com poucos clientes, Júnior não pretende sair dali. “Isso aqui é tudo o que eu tenho, é minha única fonte de renda”, explica. Atualmente, Júnior e sua companheira moram na propriedade. No dia da entrevista, haviam seis hóspedes no hotel.

Diferente da Cidade Santa ou das barragens da cidade, a história com o turismo vinculado ao Rio Imbassay foi encerrada. “O rio não volta a ser o que é”, o gerente reclama. Para ele, a culpa da decadência da cidade é do crescimento desordenado e das gestões públicas, no geral. De acordo com sua memória, que costuma falhar sempre que precisa lembrar do ano exato de algum fato, desde 2008, a gestão da prefeitura promete iniciar um projeto de revitalização do rio e recuperação do turismo. “Projetos todo mundo tem, mas

essa conversa é velha.” Como um membro ativo da comunidade civil e do setor de turismo, viu de perto as movimentações da administração em relação ao setor.

Durante a gestão de Jussara Márcia (PT) na prefeitura (de 2012 até 2020), Júnior foi conselheiro da Secretaria de Turismo e Esporte. Nessa época, ele conta que tentou promover eventos diversos, competições de lutas e até ciclismo nas trilhas do interior da cidade, mas nenhum projeto foi para frente. Com o passar do tempo, perdeu as esperanças e, depois de uma intriga com a gestão vigente, foi desligado da Secretaria.

Mesmo sem perspectiva, ele mantém o hotel aberto todos os dias. Durante a pandemia, o movimento caiu ainda mais e as atividades tiveram que ser interrompidas por um breve período. Mesmo sem conhecer o avô, que morreu poucos meses antes do seu nascimento, ele carrega com orgulho o sobrenome e o projeto deixado por ele. Em uma busca pelo hotel no Google, os comentários demonstram isso. Em 2022, Isolino Tomaz publicou: “O Hotel não é muito confortável porque a cidade está abandonada. O balneário que fica de frente ao hotel está poluído e não tem turistas. Somente hóspedes de empresas. Depois da pandemia tudo piorou, mas o atendimento de lá é o melhor que já vi. Os proprietários e as funcionárias são excelentes, já fiquei com saudades. E a cidade é muito segura e tranquila”, a nota foi três, de cinco estrelas.

Apesar do crescimento populacional em Dias d'Ávila, comparando os dados do censo de 2010 com o mais recente, de 2022, o comentário de Isolino encapsula bem as impressões com a cidade: está abandonada. A conservação inexistente dos arredores do rio se estende por toda a cidade. Além do asfalto, brilhando entre o preto e o azul muito escuro, nada parece novo. A pandemia se mostra persistente nas portas fechadas do comércio no meio da semana. Ao mesmo tempo que a Cidade Santa e as barragens apontam para um futuro promissor, a região central e os conglomerados populacionais da cidade estão parados no passado.



O Hotel Suez foi o primeiro na cidade, construído a 50m do Rio Imbassay.

O 'milagre' do desenvolvimento

Polo Petroquímico levou desenvolvimento, renda e (muita) gente para Camaçari e Dias d'Ávila

ERICK SOUZA

Dias d'Ávila sempre lidou com a passagem. Antes de se tornar um distrito turístico e muitas décadas antes de virar uma cidade-dormitório, dependente do Pólo Petroquímico de Camaçari, a então Feira Velha era um importante distrito comercial da Bahia. Estrategicamente posicionada no caminho entre o interior do estado e a capital Salvador, a pequena vila organizava ali uma região de trocas e trânsito. Ninguém sabe quem foi a primeira pessoa que notou as águas da cidade depois dos indígenas, os mesmos que o nomearam de Imbassay - que, em Tupi, quer dizer rio -, mas todo mundo sabe que foi por causa de um outro padre que a cidade passou a aparecer no mapa.

Os primeiros resultados dos testes laboratoriais feitos com a água do Rio Imbassay chegaram da Europa no início dos anos de 1950. Os dados mostravam que a água possuía cerca de 11 miligramas de cálcio e de magnésio por

litro, o que a caracterizava como alcalina. O padre e cientista Camilo Torrend, responsável por demandar a pesquisa e enviar o material para o velho continente, foi também a pessoa que divulgou o resultado por aqui. Na edição de maio da revista agrícola *Chácara e Quintais*, de São Paulo, o padre escreveu sobre a água e as propriedades do sapo, o barro lamacento do fundo do rio, que possuía sulfato de alumínio como um dos componentes químicos. Essa 'lama' era usada, principalmente, para curar úlceras varicosas sobre a pele.

A notícia que se espalhou pela Bahia era a de que a água do Rio Imbassay era uma das mais leves do Brasil e de que a lama era milagrosa, perfeita para curar qualquer problema na derme. A curiosidade e a fé foram os motivos que então atraíram milhares de turistas para Dias d'Ávila. Os vagões do trem que cortava o território, uma herança dos conflitos por independência na Bahia, no meio do

caminho para o centro do estado, deixava visitantes no pequeno distrito, ainda vinculado à Camaçari.

O movimento continuou crescendo e, na década seguinte, Dias d'Ávila já se estabelecia como um importante ponto de turismo à caminho da capital. Em 1962, logo que foi eleito, o governador Lomanto Júnior (PTB) elevou o distrito à categoria de estância hidromineral, por conta de suas águas e do movimento intenso de turistas. A nova definição também dava alguma autonomia ao distrito que, distante da administração central de Camaçari, sofria com a manutenção estrutural da cidade. Durante seu mandato, Lomato instituiu uma reforma administrativa que criou o Departamento de Turismo, que tinha como um dos objetivos melhor aproveitar as estâncias hidrominerais do estado. Além de Dias d'Ávila, Caldas do Cipó, Jorro e Olivença, outros municípios baianos, também tinham se tornado distritos turísticos naquele período.

Antes mesmo da determinação oficial do governo, Dias d'Ávila já se organizava como um polo turístico. Empreendimentos locais, como os hotéis e as casas de veraneio, começaram a surgir nessa época, como o Hotel Balneário, o maior da cidade até hoje. Famílias, políticos, times inteiros de futebol, iam à cidade para se distanciar do caos da capital. Pela estância, os aguadeiros, trabalhadores que engarrafavam as águas do rio, carregavam no lombo dos cavalos galões para serem vendidos nas residências, uma profissão quase exclusiva do lugar. A lama era vendida seca, à parte. De acordo com o Censo de 1970, o distrito de Dias d'Ávila tinha apenas 5.100 moradores. Além do próprio rio, as águas subterrâneas de Dias d'Ávila também começaram a ser exploradas nessa época. Os poços cartesianos de 200 metros de profundidade captavam a água para a produção de cervejas, como a dinamarquesa Carlsberg, gerenciada pela Companhia

de Bebidas da Bahia, instalada na cidade em agosto de 1970.

A entrada de fábricas se intensificou nos anos de 1970, dentro e fora do município. Em um telegrama enviado de Salvador, o governador Luís Viana Filho, o primeiro escolhido pela ditadura militar, escrevia com ansiedade: “Nós vamos ter a petroquímica da Bahia.” Naquela época, o projeto de privatização das indústrias petroquímicas no país já estava caminhando havia cinco anos. Nos meses anteriores ao pronunciamento, o governador recebera o aval do então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici; do ministro da Indústria e Comércio do Brasil, Marcus Vinícius Pratini de Moraes; e do presidente da Petrobras, Ernesto Geisel. A Petrobras colocou, inclusive, a liderança da Petroquisa nos projetos para o reconca-

vo, incluindo a Petroquímica da Bahia, via Copene, a Companhia Petroquímica do Nordeste, que coordenou a implantação das empresas no complexo. A Petroquisa foi uma subsidiária da Petrobras do segmento da indústria petroquímica, que funcionou até 2012.

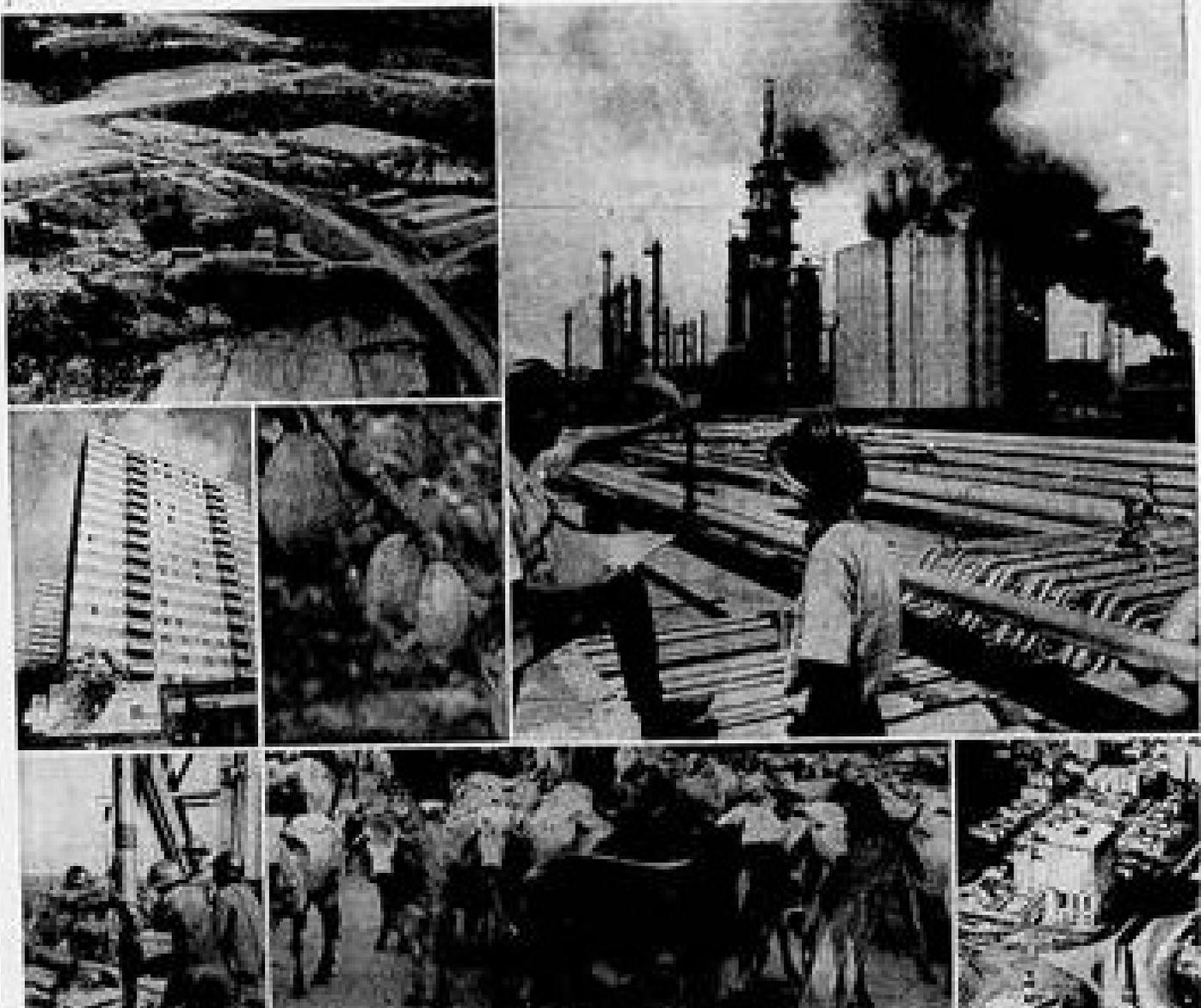
Mas a assinatura do documento que deu início à constituição do complexo só foi acontecer mesmo no mandato do governador baiano Antônio Carlos Magalhães, o ACM, que assumiu no ano seguinte, em 1971. Além do apoio do governo federal, a iniciativa agora contava com a participação do Banco do Estado da Bahia (Baneb) e do Banco Bahia de Investimentos, com um capital inicial de 5 milhões de cruzeiros, equivalentes a 1 milhão de dólares no período. A decisão pela construção do pólo em Camaçari aconteceu no dia 20 de junho de 1972.

O território de Camaçari era promissor. A proximidade com o centro industrial de Aratu, em Salvador, além das condições do próprio solo e de localização, tornavam a cidade o ponto ideal para o desenvolvimento industrial do Nordeste. Logo após o anúncio, a Copene também reconheceu a questão do solo, considerando a irrigação do Aquífero São Sebastião. Inicialmente, o escoamento dos produtos gerados pela indústria, como gás natural e derivados do petróleo, que já tinham projetos aprovados, seria feito através de um oleoduto, de Camaçari até o porto de Aratu.

A explicação não era suficiente e grupos ambientalistas pressionavam o governo sobre a decisão de se instalar um complexo industrial em uma região tão próxima do litoral e do aquífero. Para cessar, então, as discussões

sobre a preocupação ecológica, a equipe gestora deu ênfase ao custo socioeconômico do empreendimento. Passa a circular, então, a informação de que o pólo será o “componente de paz social” que resolveria a questão do desemprego e arrecadação do estado. A previsão de lucro com as operações do pólo em Camaçari era de 400 milhões de dólares, equivalente a 2,4 bilhões de cruzeiros anuais. Ainda havia a especulação de que esse valor seria triplicado quando a operação estivesse em plena capacidade.

Apesar do perfil do complexo industrial ser *capital intensive* - neste caso, requer mais investimentos em maquinário de produção do que, necessariamente, em pessoal -, a Petroquímica da Bahia ainda necessitaria de 10 mil empregos diretos no complexo básico, dizia o secretário de Minas e Energia



Para amenizar as discussões sobre a preocupação ecológica, a equipe gestora deu ênfase ao custo socioeconômico do empreendimento.

da Bahia, José de Freitas Mascarenhas. Em 1973, ele passou a representar o governo nas discussões sobre a petroquímica. O secretário ainda destacou o poder germinativo do negócio, no sentido de atrair novos indústrias e novos empregos. Esse efeito poderia gerar mais 15 mil empregos diretos, no cálculo da sua equipe.

Todo esse projeto representava uma série de possíveis mudanças no espaço geográfico da região, desde a promessa de novos empregos, às construções massivas e ao aumento de arrecadação de renda. Por esse motivo, o governo da Bahia também elaborou um plano diretor do complexo industrial, para, como indica o documento: “evitar as distorções e criar condições de proteção à vida do homem no local”. Esse mesmo estudo previa um aumento de oito vezes nas populações de Camaçari e Dias d’Ávila no período de até 10 anos. Muitos anos à frente, o professor Adary Oliveira escreveu que todas essas projeções eram hipóteses, baseadas em variáveis não confiáveis. Ainda assim, o crescimento da população aconteceu, principalmente em Dias d’Ávila, que, no início dos anos 1990, tinha 31.260 habitantes, seis vezes maior em relação ao ano de 1970.

O crescimento populacional foi um dos principais motivadores das mobilizações por emancipação de Dias d’Ávila. Ao longo da primeira metade dos anos 1980, quase dez anos depois da instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, a chegada de famílias inteiras em busca de emprego na indústria transformou o ambiente da então estância hidromineral. As chácaras, antes utilizadas para temporadas no verão e na primavera, passaram a ser alugadas como repúblicas para os trabalhadores. A chegada de novos moradores, parte deles mais qualificados do que a própria população, também sufocou o pequeno mercado de trabalho em lenta expansão. A explosão da população ainda gerou novos problemas com o abastecimento da cidade. O comércio, por exemplo, era dependente das compras vindas de Salvador e Camaçari, armazenadas para um pequeno grupo de locais. A administração da cidade-sede também não conseguia lidar com o próprio crescimento,

ainda superior ao de Dias d’Ávila.

A Sociedade Amigos de Dias d’Ávila surgiu nesse contexto. O grupo de moradores da cidade tinha um único objetivo: transformar Dias d’Ávila em uma cidade independente da administração de Camaçari. A ideia já nascia com obstáculos quase insuperáveis. O historiador Fernando Gimeno chegou em Dias d’Ávila no ano de 1971, quando ainda tinha 24 anos. Hoje, aos 76 anos, se orgulha, com a voz lenta e pesada, de ser um dos três integrantes ainda vivos do movimento que emancipou o município.

Quando foi categorizada como estância hidromineral, Dias d’Ávila ficou dividida em duas. O território de exploração turística era equivalente a 200 metros a partir da margem do Rio Imbassay. Todo o território restante, sem uma demarcação tão clara, pertencia ao distrito que, em sua base, pertencia também à Camaçari. Essa confusão geográfica e política também atribui à região dois governos, com dois administradores diferentes. Um deles era Airton Carlos Nunes, indicado pelo governo do Estado e o outro, era de responsabilidade de Camaçari, na gestão de Humberto Ellery. O prefeito havia sido escolhido durante o regime militar e governou a cidade por 12 anos. Em 1993, voltou a ser prefeito pela cidade, desta vez, via voto popular.

O maior entrave para a separação do município era justamente a limitação geográfica. Dentro do espaço de seu território, Dias d’Ávila não possuía nenhuma grande fonte de tributos, ao contrário de Camaçari, que assistia o pólo agregar novas fábricas todo ano. Ao saber da intenção do grupo, o prefeito Ellery foi bem categórico: “todo filho quando chega aos dezoito anos quer ter vida própria e por isso contesta os pais; mas não tem emprego nem dinheiro e, portanto, depende da família e não pode sair de casa. Dias d’Ávila é esse filho!”, lembra Gimeno.

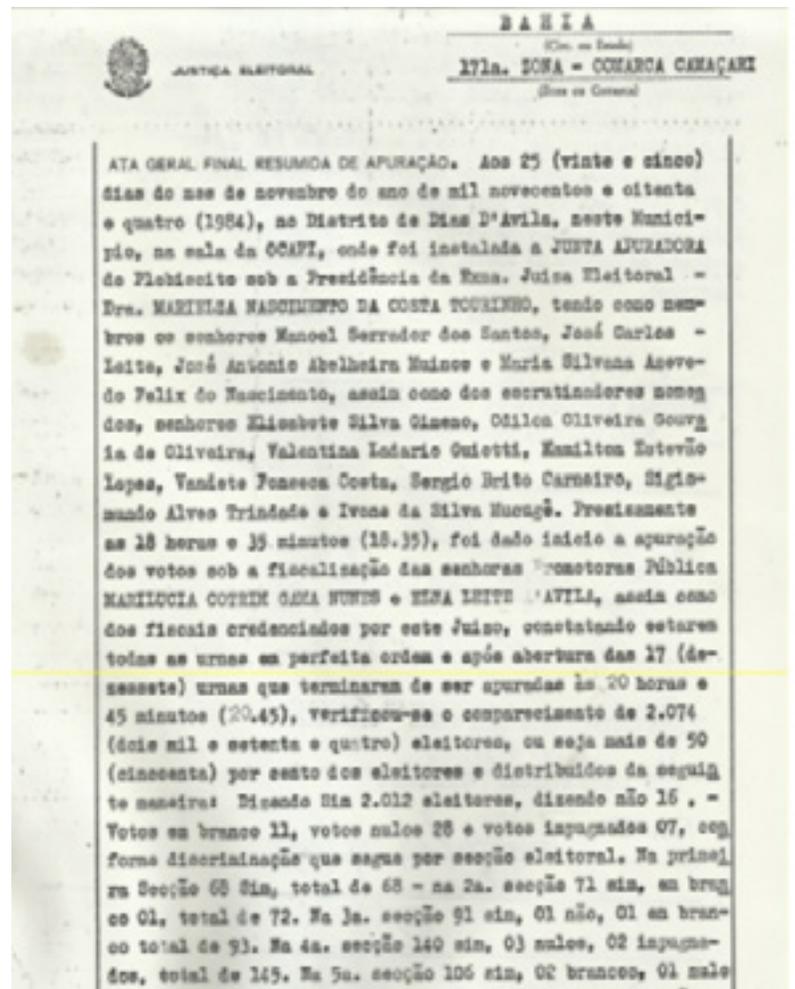
Inicialmente, o projeto de emancipação contava com a absorção de algumas das fábricas do próprio pólo já que, geograficamente, os limites dos territórios se cruzavam. Mas durante uma visita pela região, que haviam se tornado comuns entre os anos

de 1970 e 1980, o governador ACM tropejou que “o pólo era intocável e pertencia a Camaçari”, lembra Gimeno no livro *Dias d’Ávila: De 1549 a 2022*, em que documenta a trajetória de emancipação do município. Com a negativa da prefeitura e do governo do estado, o grupo resolveu seguir a articulação por conta própria. Sem que dessem conta, a SADD passou a articular com os moradores da cidade e as entidades públicas os passos para a emancipação. O primeiro deles era a delimitação do território.

Para não causar barulho, o grupo evitou absorver alguma das praias do litoral mais próximo, como Jacuípe. As fábricas do pólo também saíram do perímetro planejado. Ao invés disso, o grupo circulou por todo o território ao redor, incluindo onde a Caraíba Metais, atualmente Paranapanema, tinha acabado de se instalar. A indústria do cobre não interessava ao pólo petroquímico naquela época, mas prometia gerar até um milhão de dólares mensais em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS.

Já na Assembleia Legislativa, o projeto que criava o município de Dias d’Ávila passou pelos deputados Clodoaldo Campos, um dos poucos apoiadores da mobilização, e por Nestor Duarte, líder do PMDB na época. Em uma manobra política durante uma articulação da Casa, Duarte solicitou que a provação do projeto fosse realizada, para garantir seu apoio - o que aconteceu. O plebiscito, logo na sequência, foi realizado em 25 de novembro.

Nesse período, Dias d’Ávila possuía apenas três mil e quinhentas pessoas aptas a votar, contando com a população temporária, os operários e os veranistas. Gimeno, preocupado com o resultado, usou seu carro, um Fiat 147, um modelo quadrado e barulhento, e mais dois alto-falantes de ferro, para sair pelas ruas fazendo campanha para o grupo. A votação foi encerrada às 17h e contou com a participação de 2.064 eleitores, dos quais 2.012 votaram a favor. A lei que emancipou o município foi promulgada três meses depois, em 25 de fevereiro de 1985, que marca, agora, a data de nascimento da cidade de Dias d’Ávila.



Dias d’Ávila possuía apenas três mil e quinhentas pessoas aptas a votar.

No horizonte

Antes do planejamento de aceleração do turismo, as barragens se organizam para o futuro

ERICK SOUZA



“A pessoa pode fazer parte do caminho de barco, descer na margem e terminar o trajeto de carro”, Aleide prevê um futuro para uso da barragem.

O plano de aceleração do turismo de Dias d’Ávila chegou para Aleide Freire Santos, 76, antes de qualquer outro morador da cidade. Foi ainda em 2022 que ela conheceu Erika de Paula Alves, uma das fundadoras do Raízes do Brasil, a agência responsável pela criação do projeto. Naquela época, a consultora Erika visitava a barragem de Santa Helena, como fez em todos os locais apontados pelo diagnóstico do potencial turístico da cidade, produzido previamente pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Partiria dali o plano de ações do projeto de valorização do turismo local. Mas, na ocasião, Erika apenas peregrinava pelos estabelecimentos, na maior parte

do tempo, apenas incentivando os moradores a capitalizar sobre as suas propriedades e serviços.

Foi exatamente assim com Aleide, que possui um sítio logo na beira da barragem. A ideia de usar a propriedade da família como empreendimento não havia passado pela cabeça da médica veterinária, também ex-vereadora da cidade, até ela perceber o movimento da Cidade Santa. Entre 2020 e 2021, a comunidade religiosa passou a receber um grande fluxo de fiéis, como no réveillon de um ano para o outro. Mesmo assim, Aleide ainda não havia encontrado espaço, ou coragem, para adaptar seu terreno para visitas. Erika apareceu para dar o empurrão que faltava. “A senhora não precisa reformar mais nada, é vender o que a senhora já

tem”, lembra Aleide sobre a fala da consultora. Aquilo foi o suficiente para tirar a ideia do papel.

O privilégio de ter um pedaço do espelho d’água no seu território é o ponto forte do espaço de Aleide. O sítio, no geral, é como qualquer outro. Tem árvores frutíferas, animais para cuidar, redes de descanso e todos esses aparatos de casas de campo. Mas é o brilho da água represada da barragem que ilumina todo o perímetro da casa e o empreendimento. O rio é quase uma extensão da varanda e é esse fator que Aleide procura explorar. Fica a oito quilômetros da Cidade Santa - mais próximo do que o próprio centro da cidade. “A pessoa pode fazer parte do caminho de barco, descer na margem e terminar o trajeto de carro”, ela prevê.

Até então, a oferta de serviço vai funcionar como *day-use*, uma modalidade de aluguel que permite que os visitantes paguem pela estadia e por um roteiro de atividades por um dia, ou via pacotes. “As atividades também vão usar o que a gente tem”, explica. Nesse caso, Aleide usa “a gente” para se referir a toda a comunidade da barragem. Como um bairro pequeno que é, quase todos os moradores da barragem se conhecem, principalmente aqueles que moram tão perto da água ou têm empreendimentos no lugar. Parte do roteiro elaborado previamente inclui, por exemplo, almoço no restaurante do vizinho, passeio de barco com outro, visita às sambadeiras da barragem e por aí vai.

O plano ainda não se concretizou por completo. Apesar de já

possuir cartão de contato e um preço base - R\$150 por pessoa, para grupos de até 100 visitantes -, não é mais possível encontrar em nenhum lugar anúncios do sítio de Aleide para aluguel. O período de chuvas na região dificultou o andamento do plano de ação, ela explica. Antes do outono baiano começar, em março, Aleide afirma que até houve reservas da casa. “Com a chuva não tem como ter visita por aqui”, explica. Parte disso acontece porque o único caminho que conecta a barragem ao restante da cidade ainda é de terra batida. A alimentação de ônibus para o distrito também é quase mínima. Aos finais de semana, inexistente. Até o mês de junho deste ano, ainda faltavam três quilômetros da estrada para se concluir a obra.

Mas o desenvolvimento da região tem sido rápido. Desde a chegada da Cidade Santa, novos empreendimentos têm surgido nas redondezas em uma velocidade maior do que os moradores conseguem acompanhar. Aleide não soube dizer quantos, mas a venda de lotes no perímetro da

água “está aquecida”. A empresa Litoral Esporte e Entretenimento, que promove eventos e estruturas de esporte em Salvador, é uma das interessadas no bairro. O espaço de 720 mil metros quadrados terá uma instalação temática com cerca de 16 atrações esportivas, de acordo com o documento que circulou pela imprensa em 2021. O mesmo documento ainda explica que o acesso ao local será feito através de ingresso, no formato day use, em que o usuário pagará a taxa de R\$ 12 e terá acesso a toda a infraestrutura do parque.

O empreendimento promete gerar pelo menos 60 vagas de emprego, voltadas para os moradores da região, que também vão ser capacitados para receber os visitantes. Por outro lado, a estrutura do lugar deverá possuir também estabelecimentos para acomodação e alimentação dentro do perímetro, o que mina as oportunidades de circulação de renda na região. A previsão de entrega estava marcada para dezembro de 2021, mas com a pandemia, as obras foram interrompidas. A empresa não respondeu o pedido de entrevista até a finalização desta reportagem.

Do outro lado da cidade, o reflorestamento e a preservação ambiental vieram primeiro. A Associação de Moradores do Futurama II, um bairro a 12 quilômetros do centro de Dias d'Ávila, na direção oposta à barragem de Santa Helena e a Cidade Santa, foi responsável pelo projeto de plantação de 100 mil mudas na região. Assim como acontece no bairro de Santa Helena, com a barragem de mesmo nome, no Futurama II, a barragem Joanes II, abastecida pelo rio Embiruçu, se estende por todo o seu território. As belezas também são parecidas, apenas plantas e água para todas as direções. A única diferença, que muda toda a história, é a proximidade com o Pólo Petroquímico.

A menos de oito quilômetros do bairro, está a primeira camada do complexo industrial de Camaçari, onde ficam empresas como a Oxiteno, especializada na produção de tensoativos e outros químicos. Em 2018, a unidade de São Paulo da empresa foi uma das 11 citadas em uma ação do Ministério Público paulista por poluição do ar. “Quando eu com-

prei o sítio eu fiquei sem poder ir por causa do mau cheiro”, conta Carlos José Santana, de 50 anos, então diretor ambiental da Associação e idealizador do projeto.

Principalmente à noite, a produção cotidiana das atividades do complexo industrial liberam um odor ácido e doce no céu, às vezes semelhante ao escapamento de gás de cozinha. O fenômeno é comum em instalações petroquímicas, onde se trabalham com gases e químicos diversos, mas piora de tempos em tempos. Carlinho, como é conhecido na região, é dono de um sítio no Futurama II desde 1997 e nunca se acostumou com o cheiro. Ele faz parte da Associação desde a sua criação, em 2005, e desde essa época nota, também, as marcas da emissão e combustão de gases na indústria. “Produtos do polo eram jogados [no ar] e queimavam as plantas”, afirma. O lote de terra comprado no final do século passado era aberto e com o solo batido, o que ajudava na circulação do ar com químicos.

Quando começou com a cobertura de árvores, somente em



Foto: Reprodução/Dias d'Ávila Acontece

Um dos principais objetivos dos moradores do Futurama II é evitar que a mesma história que aconteceu com o Rio Imbassay volte a acontecer ali.



Em uma grande força tarefa, os moradores se reúnem e entram na barragem para tirar algumas das plantas que podem danificar o espelho d'água.

2019, a intenção era justamente a de diminuir a dispersão do ar que vinha do complexo industrial. O projeto, nessa época, contou com a ajuda da própria prefeitura de Dias d'Ávila e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), órgão do governo do estado. A articulação foi realizada pelo assessor jurídico da Associação, Ezequias Decoste, que também faz parte do conselho da instituição. Para poder acelerar o processo de cobertura verde, o plantio foi realizado com eucaliptos, pela rápida adaptação da planta, mas também pela cobertura que ela consegue criar, barrando parcialmente a circulação dos gases. Também para proteger

o rio, as mudas foram plantadas a 500 metros da beira da água. Além da plantação das mudas, a equipe da Associação também realiza a limpeza das águas. Em uma grande força tarefa, os moradores se reúnem com os técnicos acionados por Carlinho e, equipados apenas com boias de segurança, entram nas águas para tirar algumas das plantas que podem danificar o corpo d'água. O próprio capim, segundo Carlinho, precisa ser retirado com periodicidade, senão pode cobrir todo o espelho d'água. A ação acontece, pelo menos, a cada quatro meses. Tudo é feito por conta própria, mas nem sempre foi assim. No início, o projeto contava com o

apoio de algumas fábricas do polo. Como medida de compensação da emissão de gases poluentes, a Indústria Cerâmica do Nordeste, a Incenor, chegou a patrocinar o projeto com 30 mil mudas de plantas nativas, entre 2019 e 2020. Com o avanço da pandemia, a empresa precisou encerrar as atividades na cidade e a ajuda nunca mais aconteceu. Ao longo do último ano, a Prefeitura de Dias d'Ávila até chegou a disponibilizar uma draga, máquina que consegue escavar dentro da água e retirar as raízes de algumas dessas plantas, mas o crescimento contínuo das espécies exige um cuidado mais permanente.

E é isso o que a comunidade faz, mesmo sem a ajuda que já chegou a receber. Nos últimos anos, a Associação, junto com a comunidade, conseguiu criar sua própria praia, na beira da barragem. Com uma pequena faixa de areia, a praia artificial foi erguida para os próprios moradores, mas eventualmente recebem alguns visitantes que estão passando pela cidade, o que não foi planejado. Hoje, um dos principais objetivos dos moradores do Futurama II é a preservação do ambiente para evitar que a mesma história que aconteceu com o Rio Imbassay volte a acontecer por ali.

bahia_001

Terra prometida

Trabalho de Conclusão
do Curso de Graduação em
Jornalismo da Universidade
Federal de Santa Catarina,
requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Jornalismo.

Orientação: **Profa.**
Valentina da Silva Nunes



UFSC